

MACHIRON DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS S.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Demonstração de resultado

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Vendas de bens e serviços	7	545	1.463
Impostos sobre vendas de bens e serviços		(61)	(223)
RECEITA COM VENDAS		484	1.240
Despesas administrativas e operacionais	8	(1.142)	(978)
LUCRO BRUTO		(658)	262
Resultado financeiro líquido		32	45
Receitas financeiras		34	59
Despesas financeiras		(2)	(14)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		307	307
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro		-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(626)	307

Demonstração do resultado abrangente

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(626)	307
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(626)	307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)

(em milhares de reais)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(626)	307
Depreciações e amortizações	12	12
	(614)	319
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(46)	11
Obrigações com pessoal (salários, férias e honorários)	(6)	(2)
Tributos e encargos sociais a recolher	(41)	12
Fornecedores e outras contas a pagar	1	1
CAIXA (APLICADO)/GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(660)	330
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(660)	330
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	742	412
Saldo Final	81	742
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(661)	330

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

(em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio Líquido	
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				Reserva especial dividendos não distribuídos
31 DE DEZEMBRO DE 2021		20	-	-	-	50	-	70
Aumento de capital social		575	-	-	-	-	-	575
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(223)	-	(223)
Proposta de destinação do lucro:		-	-	-	-	(50)	-	(50)
Dividendos		-	-	-	-	(50)	-	(50)
31 DE DEZEMBRO DE 2022		595	-	-	-	(224)	-	371
Resultado Abrangente Total		-	-	-	-	307	-	307
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	307	-	307
Proposta de destinação do lucro:		-	4	58	21	(83)	-	-
Reserva legal		-	4	-	-	(4)	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos		-	-	-	21	(21)	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	58	-	(58)	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2023		595	4	58	21	-	-	678
Resultado Abrangente Total		-	-	-	-	(626)	-	(626)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(626)	-	(626)
Proposta de destinação do lucro:		-	-	-	-	83	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	4	-	-
Reserva especial dividendos não distribuídos		-	-	-	-	21	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	58	-	-
31 DE DEZEMBRO DE 2024		595	-	-	-	(543)	-	52

1. Contexto operacional e informações gerais,

A Machiron Desenvolvimento de Sistemas S.A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Antonieta, 105 – Vila Antonieta, Guarulhos - São Paulo – Brasil, iniciou suas operações em 24 de janeiro de 2018 e tem por objeto social a exploração do ramo de desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis.

A Companhia tem sua estrutura acionária distribuída entre os seguintes acionistas: Ana Claudia Martins Ciconelle (20%), Bruno Aragão Rocha (20%), Luis Gustavo Rocha Vianna (20%), Ricardo Di Lazzaro Filho (20%) e Odontoprev Serviços Ltda. (“Odontoprev Serviços”) (20%).

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2025.

2. Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.1. Elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) segundo a premissa de continuidade.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). Tais demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos circulantes

2.2.1. Classificação

(a) Disponível (caixa e equivalentes de caixa)

Caixa corresponde ao saldo bancário de livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia sem restrições para o uso imediato.

Equivalentes de caixa são ativos de alta liquidez que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição, com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras (ativos financeiros ao valor justo através do resultado)

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Tais ativos financeiros correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante e mudanças em seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

(c) Créditos tributários e previdenciários e outras contas a receber

São demonstrados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ajustados aos valores de realização.

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, sendo que os custos, os ganhos e perdas decorrentes da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou os riscos e benefícios da propriedade tenham sido transferidos significativamente pela Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros (nota 2.4).

2.2.3 Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração do valor justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo de acordo com o nível hierárquico, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados operantes para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseadas em variáveis observáveis de mercado.

2.3. Ativo não circulante

2.3.1. Imobilizado e intangível

Os ativos são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas que são calculadas pelo método linear dos bens às taxas anuais (nota 4)

Os ganhos e perdas de alienações são determinadas pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos no resultado.

2.4. Recuperabilidade (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação/amortização são revisados periodicamente para a verificação de *impairment* ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável (maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso).

2.5. Obrigações com pessoal

Composto por salários, encargos, férias e benefícios a pagar aos colaboradores da Companhia (nota 5).

2.6. Tributos e encargos sociais a recolher

(a) Tributos a recolher (obrigações fiscais)

(i) Programa de integração social (PIS) e contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS): calculadas com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente e constituídas às alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente.

(ii) Imposto sobre serviços (ISS): calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, constituída à alíquota de 2,0%.

(b) Encargos sociais a recolher (obrigações sociais)

Contribuições ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.7. Fornecedores de bens e serviços

Referem-se a obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo registrados no passivo circulante, exceto se o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, classificados no passivo não circulante.

2.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 6.1).

2.9. Dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Companhia que prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido, desde que não pago até o término do exercício social, na conta “dividendo adicional proposto”, até sua aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.10. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente pela Companhia, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até que seu valor atinja 20% do capital social (nota 6.2).

2.11. Reserva de retenção de lucros

Conforme Estatuto Social corresponde ao saldo de lucro líquido deduzido de: i) 5% destinado à

constituição da reserva legal; ii) dividendo mínimo obrigatório de 25% e iii) absorção de prejuízos acumulados, se houver.

2.12. Reconhecimento das receitas

(a) Vendas de bens e serviços:

As receitas de vendas de serviços oriundas do desenvolvimento de modelos de inteligência artificial são apropriadas ao resultado (nota 7).

(b) Financeiras:

Referem-se ao resultado gerado pelas receitas oriundas de aplicações financeiras. Companhia calcula o lucro (prejuízo) por ação em conformidade com o CPC 41 – Resultado por ação.

2.13. Reconhecimento dos custos e despesas

Os custos e despesas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência (nota 8).

2.14. Normas e interpretações

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e Confins — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Banco contas movimento	62	127
Aplicação financeira (conta corrente remunerada)	18	16
Aplicação financeira em renda fixa	1	599
	81	742

4. Imobilizado de uso próprio

(em milhares de reais)

	Equipamentos de informática
31 de dezembro de 2021	45
Custo de aquisição	62
Depreciações acumuladas	(15)
31 de dezembro de 2022	47
Custo de aquisição	62
Depreciações acumuladas	(28)
31 de dezembro de 2023	34
Custo de aquisição	62
Depreciações acumuladas	(40)
31 de dezembro de 2024	22
Taxa anual de depreciação %	20

5. Obrigações com pessoal

(em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Salários e ordenados	21	20
Pró-labore	20	16
	41	36

6. Patrimônio líquido**6.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$595.000,00 e de 2024 continuando com o mesmo valor.

6.2. Reserva de lucros : A Companhia não possui saldo remanescente em 31 de dezembro de 2024.

6.3. Prejuízos acumulados: a Companhia auferiu prejuízo em 2024 de R\$ 626.142,94.

7. Vendas de bens e serviços

Em 2024, a Companhia apresentou aumento de receita pelo serviço prestado para desenvolvimento da inteligência artificial de reconhecimento de radiografias para o cliente Odontoprev S.A., empresa controladora da sócia Odontoprev Serviços.

8. Despesas administrativas e operacionais

(em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	868	851
Serviços de terceiros	203	88
Taxas e tributos	9	2
Depreciações e amortizações	12	12
Outras Despesas	49	25
	1.141	978






Regiane Cristina Soares Naves
CRC SP-252997/O-4

Página de assinaturas



Regiane Naves
TAXCONT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Signatário

HISTÓRICO

- 21 mar 2025**
16:22:24  **Regiane Cristina Soares Naves** criou este documento. (Empresa: TAXCONT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, Email: regiane@taxcont.com.br, CPF: 297.072.868-06)
- 21 mar 2025**
16:22:25  **Regiane Cristina Soares Naves** (Empresa: TAXCONT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, Email: regiane@taxcont.com.br, CPF: 297.072.868-06) visualizou este documento por meio do IP 191.188.66.64 localizado em Jundiaí - São Paulo - Brazil
- 21 mar 2025**
16:22:27  **Regiane Cristina Soares Naves** (Empresa: TAXCONT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, Email: regiane@taxcont.com.br, CPF: 297.072.868-06) assinou este documento por meio do IP 191.188.66.64 localizado em Jundiaí - São Paulo - Brazil

